

PMDB espera novas medidas até 12 de setembro

■ Em troca de apoio à MP, partido quer punição aos bancos

SÔNIA CARNEIRO

Um grupo de parlamentares do PMDB garantiu ontem que o ministro Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se com o partido a anunciar, até o dia 12 de setembro, um programa de combate à inflação, com medidas para renegociação da dívida pública e de punição aos bancos que tiveram lucros superiores a 800% no primeiro semestre. De acordo com

esses parlamentares, Fernando Henrique teria dito ontem a um grupo de empresários do setor de cooperativas de crédito: "Preparem-se, porque vamos dar um golpe na dívida pública." O ministro, embora confirme que endurecerá suas ações no combate à inflação, não quis comentar se as novas medidas serão tomadas no prazo exigido pelo PMDB, que coincide com a realização da convenção nacional do partido.

Depois de conseguir sua maior e mais importante vitória no Congresso, com a aprovação da MP dos salários, o governo co-

meçou a receber a conta por esse apoio. Até o líder na Câmara, deputado Roberto Freire, disse que depois de o Congresso ter garantido respaldo ao governo cabe ao presidente e ao ministro "agilizar o processo de combate à inflação". Para Freire, a equipe econômica deve dedicar-se a estudar medidas para o setor financeiro. O líder do governo no Senado, Pedro Simon, ocupou a tribuna para declarar "guerra contra a inflação" e alertar que as bases de sustentação que se reagruparam na quarta-feira "podem se evaporar".

O PMDB insiste principal-

mente na questão da taxação aos bancos. Até o PSDB, partido do ministro, cobra sua parte defendendo a desindexação gradual da economia. Parte do PPR quer a dolarização. "Os instrumentos que o governo precisa já foram dados, agora o ministro tem de fazer a sua parte" afirmou o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia.

Numa reunião com a bancada do partido na quarta-feira, momentos antes da votação, o líder enfrentou uma rebelião de 40 deputados que ameaçavam apoiar os 100%, por falta de um plano econômico do governo

que não penalizasse apenas os salários.

A rebelião foi sufocada depois que Genebaldo garantiu que o ministro da Fazenda preparava medidas de combate à inflação. Mas o líder do PMDB na Câmara advertiu que, se os índices não baixarem, ele mesmo comandará a votação pela derrubada do veto presidencial aos reajustes mensais de 100% da inflação, que haviam sido aprovados no final de julho pelo Congresso.

O PSDB também insiste em um programa específico de

combate antiinflacionário, com desindexação e baixa nas taxas de juros. "De que adianta ter Fernando Henrique no Ministério da Fazenda, se ninguém pode influir em nada?", esbravejou o deputado Tuga Angerami (SP). O líder tucano na Câmara, José Serra, admitiu que também enfrentou uma rebelião parcial em sua bancada, que exigia maior participação nas decisões econômicas. Em defesa da dolarização, o líder do PPR no Senado, Epitácio Cafeteira, afirmou que essa seria a melhor medida que o governo poderia adotar.